

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO NO DISTRITO
FEDERAL - CBH PRETO-DF**

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

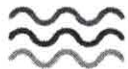
1 Às nove horas e oito minutos do dia dezanove do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, após a
2 verificação da presença e quórum, iniciou-se, no Auditório da Cooperativa Agropecuária da Região do
3 Distrito Federal – Coopa/DF, BR 251 KM 07 PAD-DF, Planaltina, Brasília/DF, a **Décima Nona Reunião**
4 **Extraordinária do Comitê de Bacia dos Afluentes do Rio Preto no Distrito Federal – CBH Preto-DF.**
5 Estiveram presentes: **Poder Público:** Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do
6 Distrito Federal – ADASA - Alba Evangelista Ramos (Suplente); Empresa de Assistência Técnica e Extensão
7 Rural do Distrito Federal – Emater – Marconi Moreira Borges (Titular); **Organizações Cívicas/Sociedade**
8 **Civil:** Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal Ltda. – Coopa/DF - Leomar Cenci (Suplente);
9 Federação da Agricultura e Pecuária do DF – Fape/DF – Cláudio Malinski (Titular) e Natália Cristina Chagas
10 M. Teixeira (Suplente); Universidade de Brasília – Campus de Planaltina – UnB/FUP – Antonio Almeida
11 Nobre Júnior (Titular); **Setor Usuário:** Leandro Luiz Maldaner (Titular); Paulo Luís Kruger (Titular);
12 Valdemar Valentin Cenci (Suplente). Justificou a ausência: **Sociedade Civil** – IEB - Claudia Sachetto
13 (Suplente) e **Setor Usuário** – José Brilhante Neto (Titular). A pauta da Reunião constou de: **I – ABERTURA**
14 **DOS TRABALHOS:** 1. Verificação de presença e quórum; 2. Aprovação da Ata da 33ª Reunião Ordinária.
15 **II – ORDEM DO DIA:** 1. Palestra sobre Pagamento por Serviços Ecossistêmicos - Mecanismos financeiros
16 para implementação de programa de conservação de bacias – Claudio Klemz - TNC Brasil; 2. Apresentação
17 do Relatório Anual de Atividades do CBH Preto-DF - 2019. 3. Apresentação do Plano de Ação 2020; 4.
18 Procomitês – ciclo de avaliação; 5. Documento do Seminário “Subsídios dos planos de bacia hidrográficas
19 para o planejamento territorial do Distrito Federal” **III – INFORMES GERAIS.** Andamento de Moções;
20 Outros. Após a leitura da Pauta, a palavra foi passada para Cláudio Malinski, Presidente do CBH Preto-DF
21 que deu boas-vindas e retornou a palavra à Secretária para prosseguimento das atividades. A Secretária
22 informou o envio da Ata da 33ª Reunião Ordinária, ocorrida em 26 de novembro de 2019, juntamente com a
23 Convocação. A mesa oportunizou o interesse da Plenária em promover alterações no documento. O
24 Presidente do Comitê enfatizou que, a princípio as informações mais relevantes foram os valores da cobrança
25 e ratificou, para os que não estiveram presentes à citada reunião, que os mecanismos e valores sugeridos não
26 são impactantes, sendo praticamente R\$ 50,00 (cinquenta reais), embora tenham havido manifestações
27 desfavoráveis aos custos estimados para o agronegócio por parte da representante do Instituto Oca do Sol e
28 da Caesb. A Secretária lembrou que a oposição foi efetiva por parte da Caesb, bem como o tempo investido
29 em análise, inclusive, em estudos e documentos da cobrança nos rios federais, para chegar no valor da PPU
30 de R\$ 0,06 (seis centavos). Expressou, ainda, que houve oportunidade para manifestações no decurso do
31 processo gerido pelo GT de Cobrança e que tendo em vista o condicionamento da aprovação ao estudo sobre
32 custos de produção, o assunto foi acolhido e deverá, sim, ser continuado. Informou que em cumprimento de



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO NO DISTRITO
FEDERAL - CBH PRETO-DF**

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

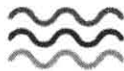
33 parte dessa demanda, o CBH Paranaíba-DF instituiu, em sua última reunião, o Grupo de Trabalho para traçar
34 as diretrizes básicas para o Pagamento de Serviços Ambientais (GT-PSA) a produtores da bacia hidrográfica
35 do rio Descoberto, que trabalhará na busca de informações técnicas visando à contratação de consultoria
36 específica para verificar a viabilidade da implementação dos serviços ecossistêmicos, os quais a área rural
37 também vem prestando (infiltração, acúmulo de carbono). O Presidente manifestou ainda a preocupação
38 quanto ao condicionamento da aprovação da cobrança ao estudo sobre os custos de produção. A Secretária
39 esclareceu que foi proposto parâmetro único para os três Comitês e que a representante Consolacion Udry
40 buscava encontrar uma diferenciação das bacias que produzem água para o abastecimento humano, já que a
41 bacia do Paranaíba detém os maiores sistemas de reservatórios para abastecimento do DF. Ainda sobre a
42 temática, a Secretária informou estar apreensiva quanto à participação dos Comitês nas reuniões da CTPA,
43 principalmente, porque a cobrança está sendo objeto de avaliação e discussão nessa Câmara e que, na última
44 reunião, os CBHs não participaram, no caso, a representante do CBH Paranaíba-DF (Instituto Oca do Sol –
45 Consolacion Udry) e do CBH Preto-DF (IEB – Michael Becker). Tendo em vista o interesse dos CBHs na
46 matéria e constatando a necessidade, o Comitê poderá se posicionar com relação à substituição do seu
47 representante. O Sr. Marconi, da Emater, disse que há impactos que podem ser absorvidos, que a cobrança
48 ainda vai evoluir no setor agrícola e que se trata de temática nacional, ampla e que ultrapassa as fronteiras do
49 CBH Preto-DF.. Salientou, também, que não foi aprovada a cobrança para todos, mas na prática isso vai
50 acontecer, ainda que com implicações relativas aos custos operacionais e legais de pequenos usuários e a
51 possibilidade de alteração do nível de insignificância. A Secretária informou que o estado de Minas Gerais
52 publicou o Decreto nº 47.860, sobre a instituição da cobrança, com nível de corte de usuários definido. Os
53 CBHs estão considerando que os usos insignificantes não pagam, apesar de o relatório do GT Cobrança
54 sugerir que todos os usuários de recursos hídricos devem ser cobrados. Sem mais manifestações, a Ata da
55 33ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade. Em continuidade à Pauta, a Secretária apresentou o
56 Especialista em Políticas para Água da TNC Brasil, Claudio Klemz, para discorrer sobre o tema
57 “Mecanismos financeiros para implementação de programa de conservação de bacias”, para dar início às
58 discussões sobre PSA no âmbito dos Comitês. Frisou, ainda, que o CBH, poderá, se quiser, instituir um GT
59 com a mesma proposta ou propor em plenária que o GT do PSA do CBH Paranaíba-DF seja misto, apesar de
60 o direcionamento estar na Descoberto. Porém, o próprio ZEE – Zoneamento Econômico-Ecológico (Lei
61 Distrital nº 6.269, de 29/01/2019), traz o elemento dos serviços ecossistêmicos como meta para implantação
62 em todas as bacias do DF. O Sr. Cláudio apresentou a instituição que representa, TNC – The Nature
63 Conservancy, ONG ambiental mais antiga, criada em 1951 e que trabalha em mais de 50 países, com atuação
64 em três focos principais: conservação da Amazônia, projetos de infraestrutura e segurança hídrica. Citou que



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO NO DISTRITO
FEDERAL - CBH PRETO-DF**

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

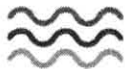
65 é de família de agricultores, veterinário de formação e que na construção da sua vida profissional trabalhou
66 por cinco anos na Federação de Agricultura do Paraná, com imersão na área rural e está há treze anos na
67 TNC. Explicou que essa instituição trabalha de forma prática, baseada em soluções, tratando-se de uma ONG
68 de conservação da natureza, mas sem ilusões. Salientou que tem trabalhado nos últimos anos no campo dos
69 pagamentos por serviços ambientais e que os projetos mais desenvolvidos são das regiões sudeste e sul, onde
70 há uma relação mais próxima entre os meios rural e o urbano e entre água, abastecimento, qualidade e
71 disponibilidade. Esclareceu, que no meio rural, essa experiência ainda não se desenvolveu muito e citou as
72 experiências do empreendimento Bunge e da AIBA - Associação de Irrigantes do Oeste da Bahia, onde houve
73 a oportunidade para os primeiros exercícios de trazer o conceito de pagamento por serviços ambientais no
74 meio rural em grande escala. No campo dos Comitês de Bacias há algo que vale para todos: não importa a
75 região, o tipo de ambiente, o tipo de uso de solo, áreas de uso, seus impactos, áreas a serem conservadas, será
76 necessário que as ações sejam coordenadas entre os diferentes interesses, forças políticas e econômicas.
77 Quando se fala de segurança hídrica, ela começa com a garantia da conservação das bacias hidrográficas por
78 meio de investimentos da infraestrutura natural dos ecossistemas ou soluções baseadas na natureza, para que
79 ela possa funcionar bem e as pessoas se beneficiem disso. Segurança hídrica presume equilíbrio do uso entre
80 os diferentes setores – agrícola, industrial e urbano. Quando se fala em “infraestrutura verde”, não significa
81 que, recuperando as nascentes ou matas ciliares, os problemas serão resolvidos. Esta é somente uma das
82 soluções dentre as diversas. Em termos de disponibilidade hídrica e sobre barragens para irrigação, pode
83 haver demandas específicas importantes, do lado da oferta. Do lado da demanda, tem-se oportunidades de
84 ajustes e ganhos de eficiência nos setores descritos. O destaque vai para o uso doméstico, que foi bastante
85 impactante na crise hídrica da região sudeste. Em São Paulo, a consequência foi para todos e depois de 2016,
86 percebeu-se uma redução de 15% no padrão de consumo de água urbano. O custo alterou os hábitos. Na
87 irrigação, os custos são muito bem trabalhados e, para a indústrias, da mesma forma. O Programa Produtor
88 de Água, da ANA é considerado uma linha mestra. Explicou que os serviços ecossistêmicos são aqueles
89 prestados pelos ecossistemas naturais e as espécies que os compõem, na sustentação e preenchimento das
90 condições para a permanência da vida, condições econômicas e sociais. Sobre mecanismos financeiros:
91 houve grande interesse por parte do setor público, privado e sociedade civil com o PSA, apesar de não haver
92 legislação sobre a temática, mas somente o PL nº 312/2015, que se encontra em análise pelo Senado Federal.
93 Destacou, também, que foi um período de aprendizado no qual os bons permaneceram e os ruins pereceram
94 e como necessidade inicial é preciso de organização dos atores, de planejamento técnico, de base cartográfica,
95 definição de áreas prioritárias e divulgação para mobilização dos interessados, de modo a chegar na demanda
96 de investimento da implantação do projeto. São necessários, ainda, manejo, intervenções específicas, as boas



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO NO DISTRITO
FEDERAL - CBH PRETO-DF**

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

97 práticas que tragam inovação, arranjo institucional diverso, que pode ser financeiro ou técnico, com
98 diferentes competências técnicas que possam ser quantificadas (Ex.: Emater, universidades). Enfatizou que
99 o PSA, no final, representa a menor parte da conta e que os projetos desenvolvidos até hoje estão em um
100 cenário diferente, no qual se tem um custo de oportunidade da terra que geralmente é o ponto de partida para
101 a valoração do custo ambiental. Dada a essa diversidade de propriedades esses arranjos precisam ser
102 customizados e os resultados vêm, mas demandam constantes monitoramentos e são a longo prazo. Foram
103 feitos estudos econômicos e no caso de uma concessionária de água, o retorno viria em 30 anos. Na questão
104 agrícola talvez não seja a recuperação o foco, mas sim a redução de risco e perdas de recursos. Informou que
105 Fórum Mundial listou, como um dos cinco principais riscos à economia global, a segurança hídrica. Essa
106 evidência determina a necessidade de se fazer a gestão do risco. Muita chuva, escassez de água, situações
107 extremas precisam dessa gestão, para não se perder recursos e investimentos. Com relação ao monitoramento
108 hidrológico, o DF tem bastantes dados, tanto para monitoramento de resultados quanto para o planejamento
109 técnico. Sobre os recursos propriamente ditos, o ponto é: de onde virá o dinheiro? Quem irá se beneficiar?
110 Um exemplo é o caso da Emasa, em Balneário de Camboriú, SC, que saiu à frente e resolveu conservar a boa
111 água disponível, com o aval de seu regulador. Evidenciando: Aqueles que se beneficiam dos serviços
112 ambientais precisam pagar por esta provisão; aqueles que proveêm (bom manejo) serviços ambientais devem
113 ser recompensados por isso; os pagamentos são condicionados à entrega e a participação é voluntária. Citou
114 ainda as bacias do PCJ, em São Paulo e bacia do Guandu, no RJ, que possuem comitê e cobrança pelo uso
115 dos recursos hídricos, mas é parte da discussão negociar que uma fatia dos recursos arrecadados e que
116 retornam para a bacia sejam alocados em PSA. Citou o programa Produtor de Água do Pípiripau, da Agência
117 Nacional de Águas, projeto de sucesso e o Projeto Conservador das Águas, em Extrema, MG, que se tornou
118 referência internacional, suplantando o tempo e as gestões. Relembrou que o Comitê é um fórum com poder
119 e condições de se manter alheio às mudanças políticas. O palestrante citou mais um exemplo: as cidades de
120 Camboriú e Balneário de Camboriú, SC, que juntas têm 200 mil habitantes, mas no verão são 800 mil, tendo
121 a concessionária de água que se programar durante o ano todo, de modo ocioso, para um período curto de
122 uso. Enquanto o processo de planejamento ocorria, o regulador entrou no cenário e se juntou ao arranjo
123 institucional, autorizando à companhia de água a fazer o investimento. É importante informar, ainda, a
124 participação de empresas privadas, como a Kimberly-Clark, empreendimento de papel e celulose, em
125 Salesópolis, SP, que fez o esforço de ajuste de eficiência industrial e precisou, também, pensar na bacia. As
126 empresas de bebidas, que movimentam bilhões, também têm estado atentas ao tema. Para saber se o PSA
127 funcionará para a bacia do Preto é preciso uma análise, sabendo-se que será preciso, também, que o conjunto
128 de atores – empresas, produtores, governo, sociedade civil – tenham interesse ativo em resolver os problemas,



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO NO DISTRITO
FEDERAL - CBH PRETO-DF**

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

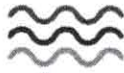
129 apesar das diferenças de opiniões e necessidades, com técnica e serenidade. É uma ferramenta que, aliada a
130 outras, poderá ajudar os produtores. O PSA, então, não é a salvação da pátria e não é uma solução universal,
131 sendo imprescindível identificar o que está em jogo: quantidade, qualidade da água, regularização de vazão
132 etc. Trazendo o caso o Oeste da Bahia, no Aquífero Urucuia, onde o cenário da ocupação de 2000-2010 foi
133 de quase 20% em área de recarga, em um estudo sobre tendências climáticas e de disponibilidade hídrica foi
134 avaliado que essa ocupação pode afetar a quantidade e qualidade da água. No Valle del Cauca, Colômbia,
135 canavieiros que vinham diminuindo a produção, sem ajuda de fora, investiram em conservação das
136 cabeceiras, o que tornou possível manter vazões de base, reduzir a sedimentação e prover maior proteção de
137 áreas importantes para o balanço hídrico. O PSA também não é uma assistência social. É instrumento
138 financeiro para conservação de elementos naturais, devendo começar pelo lado da demanda, não da oferta,
139 onde é necessário monitorar os resultados e desejável associar mais de um mecanismo de incentivo, podendo
140 ser financeiro ou ainda se tratar de competências técnicas das partes interessadas. O palestrante, Claudio
141 Klemz, reiterou que essas ideias são para alimentar as discussões. Valdemar Cenci, do Setor Usuário,
142 parabenizou o palestrante e questionou se o serviço é solicitado à TNC, se é via Governo ou Associação e
143 como funciona um possível trabalho com a ONG. Claudio Klemz respondeu que, hoje, a ideia é trazer a
144 discussão e que a quantidade de experiência é bastante rica para ser discutida pelo Comitê e, sem fazer
145 propagandas, a TNC presta o serviço, mas não é este o foco. Paulo Kruger, também do Setor Usuário,
146 perguntou se o caso de Balneário do Camboriú foi a TNC ou outra empresa fez os trabalhos. Claudio Klemz
147 respondeu que foi feita uma parceria. Em continuidade, Paulo Kruger deu o exemplo de Formosa, onde o
148 Comando do Exército Brasileiro dá tiros e promove queimadas no cerrado em uma área de 150 mil ha, nos
149 meses de agosto e setembro, onde ninguém pode entrar. Valdemar Cenci perguntou, ainda, sobre barramento,
150 se a TNC atua. Lembrou que o DF é a única Unidade da Federação que não licencia a construção de novos
151 barramento. Claudio Klemz respondeu que a TNC traz a evidência técnica. É necessário avaliação e projeção,
152 mas o trabalho é ajudar no bom manejo da bacia. Cláudio Malinski, Presidente do Comitê, abordou a
153 organização pelos usuários de irrigação com a utilização de sistema de informação *on line* na bacia do rio
154 Jardim e planejamento da época de plantio, para manutenção dos investimentos em pivôs centrais. Explicou
155 que esse arranjo foi feito em articulação com a Adasa, Coopa-DF, Emater e o Comitê, para solucionar a
156 questão da alocação de água e, também, da fiscalização desses usos. Ressaltou que a questão das microbacias
157 é um problema que deveria envolver o Governo do DF, com ações que tratem, por exemplo do escoamento
158 natural de água, que a longo prazo trará problemas, isso nas divisas das pequenas propriedades. As estradas
159 também são problemáticas, pois não seguem o relevo, mas são em linha reta, podendo causar erosões e os
160 produtores, para minimizar possíveis efeitos, têm construído bacias de contenção, feito o plantio direto,



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO NO DISTRITO
FEDERAL - CBH PRETO-DF**

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

161 providenciado terraços. São situações com as quais a TNC poderia contribuir para fazer um estudo que mostre
162 onde os produtores podem investir, do ponto de vista técnico e hidrológico mais corretos, mesmo a longo
163 prazo, de modo a corrigir os erros que foram gerados ao longo do anos, pois os investimentos associados às
164 crises são altos. Claudio Klemz disse que deixará o estudo sobre manuseio de água da chuva. O ponto de
165 partida para o planejamento é o mapeamento com imagens de satélite (antigas e atuais), associando a isso os
166 dados hidrológicos disponíveis, o que dará uma amostra do cenário. Leomar Cenci, explicou que para os
167 produtores faltam ambientação, saber como reservar a água, sem ser notificados por não saberem a forma
168 correta de proceder. Falta um conhecimento mais profundo. O Palestrante disse que, em sua visão, o Comitê
169 funcionando já é algo bastante valioso e contou que logo que começou a trabalhar na FAEP, o Governo do
170 Paraná contratou consultoria para rodar o estado inteiro, todas as bacias, todas as prefeituras, cooperativas e
171 sindicatos para explicar o que era a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997). Foi um
172 processo de informação à sociedade e que se perdeu em meio a forças políticas outras, que não acolheu a
173 democracia proposta pelos Comitês de Bacia e que, até hoje, não funcionam bem naquele Estado. O
174 representante da FUP/UnB, Antonio Nobre Jr. agradeceu a palestra, trabalho e experiência trazidas e citou,
175 aproveitando a fala do Presidente Claudio Malinski, a importância da bacia do rio Jardim, afluente do rio
176 Preto no DF. Informou que levou um grupo de estudante da UnB para conhecer a Emater e o trabalho que
177 tem sido feito na bacia, que, conjunturalmente, é interessante, tendo em vista estarem discutindo o uso e
178 ocupação do solo e os recursos hídricos, que constam da política ambiental e no rio Jardim os conflitos que
179 existem entre a política ambiental e o agronegócio, mas que neste caso, convergem em benefício para os
180 próprios agricultores, o que deve ser o primeiro exercício. Outro ponto importante, abaixo do rio Jardim, é
181 que toda a vazão remanescente vai alimentar o lago da UHE Queimados, em Unai, e ela também vai se
182 beneficiar muito, principalmente na parte de sedimentos. É uma parceria importante, porque eles pagam para
183 o setor elétrico, mas 0,75% desse recurso constitui pagamento pelo uso dos recursos hídricos, que
184 internalizados pela Agência Nacional de Águas - ANA, podem chegar ao Comitê, sendo necessários os
185 devidos arranjos políticos-institucionais. Considerou a temática bastante oportuna, já que o programa de
186 revitalização das bacias, em particular a do rio Jardim, irá beneficiar grandes e pequenos produtores. A Seagri
187 tem dado suporte aos produtores por meio de uma patrulha agrícola mecanizada que serve às associações,
188 contrato viabilizado por intermédio de emenda parlamentar. É oportuno, também, o Termo de Referência
189 (TR) para o Plano de Recursos Hídricos do Preto-DF e considera importante verificar se o plano poderá
190 conter, não o planejamento estratégico, mas uma abordagem de questões ligadas à viabilidade. Cláudio
191 Klemz, considerou que a elaboração do TR do PRH já é um momento estratégico, pois possui arcabouço
192 técnico necessário, podendo ser utilizados os termos do Produtor de Águas do Pipiripau e do Descoberto para



COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO NO DISTRITO
FEDERAL - CBH PRETO-DF

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

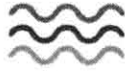
193 alimentar e desenvolver um planejamento. Antonio Nobre Jr. reforçou que a ideia não é desenvolver o
194 planejamento estratégico, mas ter instruções maiores sobre as viabilidades, oferta da bacia, quais as bacias
195 afluentes, as que seriam importantes se pensar em termos de projetos, de modo a avaliar as viabilidades alta
196 e média, não só as gerais, mas as específicas, para poder avaliar a implementação do PSA, se em bacias
197 menores, maiores, por onde começar, as ações e os atores. A vantagem do Comitê é que se tem visões bastante
198 complementares. Tem-se a questão ambiental e o agronegócio e, embora a questão ambiental esteja mais
199 voltada ao saneamento urbano, existe a possibilidade dessa junção ser benéfica, como foi no exemplo da
200 AIBA - Associação de Irrigantes do Oeste da Bahia. Leomar Cenci, perguntou quem demandou o projeto no
201 oeste baiano. O palestrante respondeu que foi a Bunge, com diagnóstico de todas as evidências técnicas,
202 ficando a cargo da empresa a decisão. No caso, até o momento não feita a implementação. Encerrando,
203 Cláudio Klemz agradeceu a oportunidade e passou a palavra a Secretária. A Sra. Alba Ramos agradeceu ao
204 palestrante a disponibilidade e disposição em iniciar o CBH no processo de PSA. Em continuidade, a
205 Secretária destacou que foram distribuídos informativos produzidos pela Adasa com o seguinte material
206 bibliográfico: “Relatório Final do Fórum Mundial da Água”, “Gestão da Crise Hídrica 2016-2018 –
207 Experiências do Distrito Federal”, e a “Experiência do Projeto Produtor de Água na Bacia Hidrográfica do
208 Ribeirão Pipiripau”. Todos os cartões possuem *QR Code* para facilitar o acesso e o respectivo *download*. Foi
209 distribuída, também, publicação relativa ao Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paranaíba (federal),
210 de 2013, bom material de leitura tendo em vista a construção do plano de bacia do Comitê. Deu-se início à
211 apresentação do *Relatório de Atividades de 2019* do CBH Preto-DF, onde constaram os dados legais de
212 instituição da Política Nacional (Lei nº 9.433/1997 e Distrital de Recursos Hídricos (Lei Distrital nº
213 2.725/2001); Decreto de criação do CBH (Decreto nº 31.253/2010); Adesão ao Procomitês (Decreto nº
214 38.755/2017); Aprovação do regimento interno (Deliberação CBH Preto-DF nº 2/2018); Alteração da Sigla
215 do CBH (Decreto nº 39.290/2018); e Resolução que cria a Coordenação de Agência de Bacias Hidrográficas
216 para que a Adasa atue como Secretaria Executiva dos CBHs do DF (Resolução Adasa nº 20/2018). A
217 *Composição* foi mantida em 2019: *Poder Público* (federal e distrital): Instituto Chico Mendes de
218 Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do
219 Distrito Federal - Adasa, Administração Regional de Planaltina, Secretaria de Estado de Agricultura,
220 Abastecimento e Desenvolvimento Rural - Seagri, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do
221 Distrito Federal – Emater e Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília
222 Ambiental - Ibram. *Sociedade Civil*: Cooperativa Agrícola do Rio Preto - Coarp, Cooperativa Agrícola da
223 Região do DF Ltda. – Coopa/DF, Federação da Agricultura e Pecuária do DF – Fape/DF, Sindicato Rural do
224 Distrito Federal – SRDF, Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB, Universidade de Brasília-



COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO NO DISTRITO
FEDERAL - CBH PRETO-DF

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

225 Campus de Planaltina-UnB/FUP. *Setor Usuário*: Usuário de Hidroeletricidade - Vago; Indústria e Mineração
226 - FVO Brasília Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Irrigação – José Brilhante Neto (Titular) e Alan
227 Cenci (Suplente); Leandro Luís Maldaner (Titular) e Luiz Ângelo Cappellesso (Suplente); Paulo Luiz Kruger
228 (Titular) e Pollyanna Kruger de Oliveira (Suplente); Rodrigo Barzotto Werlang (Titular) e Valdemar Valentin
229 Cenci (Suplente); Sandro César Triacca; *Usuário Turismo e Lazer*: Sindicato de Turismo Rural e Ecológico
230 do DF - Ruraltur/DF. São 19 (dezenove) membros e 1 (uma) vacância em usuário de
231 saneamento/hidroeletricidade. A Diretoria é composta de representante da Sociedade Civil – Cláudio
232 Malinski/FAPE-DF, na Presidência; José Brilhante Neto/Usuário de Irrigação, na Vice-Presidência e Alba
233 Evangelista Ramos, na Secretaria Geral, representante do Poder Público/Adasa. Quanto às reuniões, foram
234 realizadas duas ordinárias e quatro extraordinárias que serão abordadas na sequência. Ainda sobre a
235 composição e em cumprimento ao Regimento Interno deste Comitê, que preconiza a possibilidade de
236 desligamento mediante duas ausências consecutivas ou três alternadas às reuniões, essas participações foram
237 consolidadas por esta Secretaria, resultando na necessidade de encaminhamento de comunicação para que
238 sejam justificadas as ausências a seguir, para fins de manifestação da plenária ou sejam efetuadas as devidas
239 substituições dos seguintes membros: *Poder Público* – ICMBio (3 Reuniões – Titular e 5 Reuniões –
240 Suplente), Administração Regional de Planaltina (5 Reuniões - Titular e 5 Reuniões – Suplente); *Sociedade*
241 *Civil* – COARP (6 Reuniões); SRDF (6 Reuniões). *Setor Usuário Indústria e Mineração* – FVO (5 Reuniões
242 - Titular e 5 Reuniões – Suplente). *Setor Usuário Irrigação* - Leandro Luís Maldaner (2 Reuniões - Titular)
243 e Luiz Ângelo Cappellesso (5 Reuniões - Suplente); Paulo Luiz Kruger (3 Reuniões - Titular) e Pollyanna
244 Kruger de Oliveira (5 Reuniões - Suplente); Rodrigo Barzotto Werlang (4 Reuniões - Titular) e Valdemar
245 Valentin Cenci (5 Reuniões - Suplente); Sandro César Triacca (2 Reuniões - Titular); *Usuário de Lazer e*
246 *Turismo* - Ruraltur (Ronaldo Triacca – 5 Reuniões - Titular). Leomar Cenci informou que o usuário Geovani
247 Muller não está mais na Presidência da SRDF. Sobre os assuntos tratados nas reuniões, foram: 15ª RE
248 (22/02/2019), na Adasa, foi conjunta, com os CBHs Maranhão-DF e Paranaíba-DF, com a pauta comum:
249 Instalação da câmara técnica dos CBHs e criação do GT Misto da Cobrança; Apresentação do estudo sobre
250 a cobrança; Apresentação do instrumento da cobrança, pela ANA e atualização da documentação do
251 Procomitês em função da mudança de governo e da ausência de disponibilidade orçamentária em novembro
252 de 2019. Na 32ª Reunião Ordinária (13/03/2019), na Coopa/DF, foram feitas apresentações sobre “Alocação
253 Negociada de Água nas Bacias do Ribeirão Extrema e Rio Jardim” - Adasa/Emater; “Aprimoramento na
254 Gestão dos Recursos Hídricos”, pela Adasa; “Sistema de Monitoramento de Vazões Captadas”, também pela
255 Adasa e Informes do GT Cobrança. Na 16ª RE (15/05/2019), na AgroBrasília, constou de homenagem ao
256 Presidente do CBH Cláudio Malinski pelos serviços prestados à conservação dos recursos hídricos;



COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO NO DISTRITO
FEDERAL - CBH PRETO-DF

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

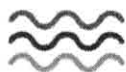
257 Apresentação sobre a situação hídrica no DF, pela Adasa; Apresentação da Proposta do Novo site do CBH,
258 pela CABH/Adasa; Apresentação da Minuta do Termo de Referência para elaboração do PRH da Bacia do
259 Preto-DF e a sua entrega formal ao presidente (*pendrive*) para encaminhamento à Câmara Técnica.
260 Novamente, em função das demandas comuns aos três CBHs, ocorreu reunião conjunta (17ª RE, 27/09/2019),
261 na Adasa, com capacitação dos entes do sistema de recursos hídricos por meio das palestras “Incêndios
262 Florestais e Queimadas no Distrito Federal” e “Relatório analítico anual da Superintendência de Recursos
263 Hídricos - 2018”. Foi apresentado, também, o “Relatório sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos,
264 mecanismos e valores”, emitido pelo GT de Cobrança composto por representantes dos CTs dos CBHs. Foi
265 proposto ao CRH, tendo em vista a saída a Fape/DF, a participação dos CBHs na Câmara Técnica Permanente
266 de Assessoramento – CTPA/CRH-DF, por meio de rodízio, com a indicação de Michael Becker (CBH Preto-
267 DF/IEB) e Rodolfo Siqueira de Brito (CBH Maranhão-DF/Usuário), como titular e suplente para o ano de
268 2019 e Maria Consolacion V. Udry (CBH Paranaíba-DF/Instituto Oca do Sol) e Michael Backer (CBH Preto-
269 DF/IEB), titular e suplente, para 2020, inclusive, no GT do SIRH (Sistema de Informações sobre Recursos
270 Hídricos do Distrito Federal). Nesta reunião foram doados 30 abafadores pelo PPCIF e que foram repassados
271 ao CBH Maranhão-DF e ao CBH Paranaíba-DF, priorizando a área rural, já que no CBH Preto-DF a
272 metodologia é diversa. Em nova reunião conjunta dos Comitês (18ª RE, 17/10/2019), na Adasa, foi realizada
273 nova apresentação do Relatório de Cobrança e discussão do tema. Foi informado o agendamento do seminário
274 “Subsídios dos planos de bacia para o planejamento territorial do DF”, para o dia 12/11, assunto esse que
275 deverá ser demandado pelos Comitês à Seduh, tendo em vista a revisão do PDOT, para auxiliar na tomada
276 de decisão quanto às criação de novas localidades e o suporte dos recursos hídricos para abastecimento
277 humano e saneamento. Foi dado o informe, também, sobre a participação dos Comitês no XXI Encontro
278 Nacional de Comitês de Bacia – Encob, em Foz do Iguaçu, PR, a qual não foi possível devido às dificuldades
279 em operacionalizar os gastos, mas que já está em pauta para o ano de 2020. Por fim, foi necessária a realização
280 de reunião conjunta (33ª RO, 26/11/2019), na Adasa, para a aprovação do Relatório de Cobrança pela
281 Plenária, com emissão da Deliberação Conjunta CBHs-DF nº 02/2019. A Secretária lembrou que as
282 discussões foram calorosas, mas a intervenção do Diretor-Presidente da Adasa, Dr. Paulo Salles, pode-se
283 pactuar a aprovação, bem como a contratação de estudos para levantamento dos custos de produção do
284 agronegócio levando em consideração que a agricultura seria menos prejudicial à bacia do que a criação de
285 novas cidades. O Presidente, Claudio Malinski, lembrou esse episódio e a fala da representante da ONG
286 Oca do Sol, sobre impedir a continuidade do processo decisório. A Secretária esclareceu que a Caesb também
287 não se pronunciou favoravelmente e que Sra. Consolacion Udry pediu vistas do processo, desistindo após
288 fala do Presidente da Adasa, Paulo Salles. Sobre os estudos solicitados, foi informado que o CBH Paranaíba-



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO NO DISTRITO
FEDERAL - CBH PRETO-DF**

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

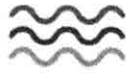
289 DF instituiu um GT para trabalhar o tema Pagamento por Serviços Ambientais (GT-PSA), com foco no
290 pagamento de serviços ecossistêmicos e levando em conta a prestação desse serviço já exercido pelos
291 produtores rurais, o que o CBH Preto-DF também deverá fazer, com o auxílio dos seus membros. Foi para a
292 Plenária, também, o documento elaborado pelos participantes do Seminário “Subsídios dos planos de bacia
293 hidrográficas para o planejamento territorial do Distrito Federal”, ocorrido em 12/11/2019 (Moção Conjunta
294 nº 3 – CBHs DF), a ser encaminhada aos órgãos envolvidos no planejamento territorial do DF e à Sema. A
295 Secretária destacou, na sequência, a instalação da Câmara Técnica, ocorrida na primeira reunião de 2019,
296 tendo em vista as metas do Procomitês no quesito “Instrumentos da Política de Recursos Hídricos”, cuja
297 pactuação previu a entrega no ano de 2022 para todos os Comitês do DF. A Câmara Técnica conta, na
298 atualidade, com representação dos três segmentos: Poder Público (Adasa, Ibram e ICMBio), Sociedade Civil
299 (Coopa-DF, Fape-DF, FUP-UnB e IEB), e Setor Usuário (Sandro Triacca, José Brilhante Neto, Leandro Luiz
300 Maldaner, Alan Cenci, Rodrigo Barzotto Werlang, Valdemar Valentin Cenci, Luiz Ângelo Cappellesso e
301 Pollyanna Kruger de Oliveira. Por consequência, foi criado na mesma reunião o GT da Cobrança com os três
302 Comitês, com emissão Relatório sobre a Cobrança apresentado na reunião do dia 26/11/2019, que será
303 informado na sequência. Cabe ressaltar que a instituição da cobrança pelo uso dos recursos hídricos não é
304 somente meta, mas atribuição dos Comitês de Bacias e vêm sendo objeto de cobrança pelo
305 MPDFT/Prodecon. Sobre a Comissão de Alocação de Água (rio Jardim), as informações obtidas junto
306 Coordenação de Fiscalização da SRH/Adasa, foram: houve recadastramento; realização de 3 reuniões com
307 acompanhamento dos dados fluviométricos e pluviométricos; não houve restrições adicionais, fora as
308 previstas nas outorgas coletivas; o Termo de Alocação de Água foi assinado em 16/05/2019 e o Despacho nº
309 18, de 21/05/2019 do Superintendente de Recursos Hídricos/Adasa (Processo 00197-00001021/2018-11),
310 homologou o referido termo. O representante da FUP-UnB, Antonio Nobre Jr., citou, sobre termo de alocação
311 no âmbito da bacia do Preto no DF, que alguns estados têm a figura da outorga coletiva e, no DF, para esses
312 casos, ainda é utilizada a outorga individual, onde outorgado fez a gestão da outorga coletiva. O Comitê
313 poderia sugerir à consideração, primeiramente do grupo de usuários, depois à Adasa, sobre qual seria a
314 melhor forma, em termos de garantir que esse trabalho avance mais, de maneira que seja consolidado esse
315 arranjo institucional entre os usuários da bacia do rio Preto, pois considera que a gestão da outorga coletiva
316 uma oportunidade de segurança em contraponto a uma outorga individual à parte grupo. A Secretária-Geral
317 ressaltou a importância da temática, sinalizando a existência de dificuldades e desconforto nas questões
318 relativas à cobrança pelo uso dos recursos hídricos em associação outorgada na bacia do Paranaíba, calha
319 federal, pois a responsabilidade recai sobre o CNPJ registrado, em que pese se tratar de compromisso
320 assumido individualmente pela própria utilização da água. No que diz respeito às alocações no rio Preto,



COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO NO DISTRITO
FEDERAL - CBH PRETO-DF

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

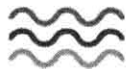
321 haverá necessidade de discussão desse delicado assunto, pois as outorgas hoje são individuais. O Sr. Antonio
322 Nobre Jr. manteve a fala sobre ser uma oportunidade de manter a coesão do grupo face às possíveis
323 adversidades. A Secretária relatou, também, que a Adasa abriu as informações das outorgas emitidas, o que
324 é considerado um avanço nos sistemas de informações, pois a transparência facilita o controle e fiscalização
325 dos usos outorgados e registrados (<http://gis.adasa.df.gov.br/portal/home/>). Ainda sobre Colegiados, o
326 Comitê, como membro nato do CRH/DF, teve mantida a sua representação em 2019: Cláudio Malinski
327 (Titular) José Brilhante Neto (1ª Suplente) e Sandro César Triacca (2ª Suplente). Sobre o GT-SIRH - Sistema
328 de Informações de Recursos Hídricos, da CTPA do Conselho de Recursos Hídricos, do qual este Comitê
329 também participa, foi instalado e está em funcionamento o GT do Sistema de Informações de Recursos
330 Hídricos – SIRH que visa à integração das bases de dados de órgãos públicos, em especial, ao SISDIA. Como
331 citado anteriormente, neste ano o Instituto Oca do Sol (CBH Paranaíba-DF) está como Titular e CBH Preto-
332 DF (Michael Becker, IEB), na suplência. A *Capacitação*, que é meta a ser cumprida no âmbito do Procomitês,
333 constou de (evento/nº de capacitados): Visita técnica à unidade demonstrativa do projeto Biomas na Fazenda
334 entre Rios/7 Capacitados; Oficina de Cenários Futuros Águas do DF: 2030, 2050 e 2100/4 Capacitados;
335 Capacitação em Recursos Hídricos e Meio Ambiente para os CBHs do DF/15 Capacitados; Capacitação em
336 Recursos Hídricos e Meio Ambiente para o CRH/3 Capacitados; Subsídios dos Planos de Bacias
337 Hidrográficas para o Planejamento Territorial do Distrito Federal/8 Capacitados; 2º Encontro de Integração
338 dos CBHs do DF Tema: Qualidade das águas do Distrito Federal: Situação e Desafios/8 Capacitados. A
339 Secretária salientou, sobre qualidade da água, que a UnB está fazendo pesquisas e monitoramento da água
340 do lago Paranoá, de modo diferente do que é feito pela Caesb e que no futuro esses resultados deverão orientar
341 a alteração de parâmetros e, conseqüentemente, da respectiva legislação da potabilidade da água. No quesito
342 Comunicação Social, foi informada a aquisição, por intermédio da Adasa, de domínio “.com” e do serviço
343 de hospedagem para os novos sites dos três Comitês, no caso, www.cbhpretodf.com.br, com o histórico e
344 documentos do CBH. A manutenção da Fanpage (<https://www.facebook.com/cbhpretodf>), também é
345 importante e precisa ser dinamizados pelos membros do CBH, por meio de divulgação e compartilhamento
346 das suas atividades e notícias afetas aos recursos hídricos. Para a cobrança, aprovada e referendada por meio
347 da Deliberação Conjunta CBHs-DF nº 02, de 26/11/2019, foi necessária a criação do GT que conduziu 9
348 reuniões para que essa proposta estivesse em condições de ir à Plenária e fosse aceita por unanimidade pelos
349 CBHs, ainda que negociado. Após sua deliberação, a proposta foi apresentada ao Conselho de Recursos
350 Hídricos do DF, em 12/12/2019, pelo Coordenador do GT de Cobrança, Carlo Renan Cáceres de Brites
351 (Caesb) e por Vitor Santos, da CORH/SRH/Adasa. Sobre o Procomitês, foi assinado Contrato nº
352 6/2019/ANA-ADASA-CRH, com repasse de recurso inicial no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO NO DISTRITO
FEDERAL - CBH PRETO-DF**

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

353 mil reais). Estão disponíveis na Adasa, no Programa de Trabalho 18.544.6210.2683.0001, o valor de R\$
354 154.000,00 (cento e cinquenta e quatro mil reais), recebidos a título de auxílio às atividades do Comitê e para
355 subsidiar o cumprimento das metas acordadas pelos seguintes indicadores (componente/status):
356 *Funcionamento/cumprido; Capacitação/parcial* (capacitação de novos membros não cumprida/Plano de
357 capacitação a ser apresentado na sequência). A Secretária salientou a importância da capacitação para que os
358 membros saibam o que de fato representam. O Representante Antonio Nobre Jr., da UnB, informou que no
359 âmbito do Programa de Gestão e Regulação ao qual a FUP está ligada, pode abrir as aulas que interessarem
360 para os membros do Comitê que tiverem interesse na capacitação de 16 h, lembrando que as aulas começarão
361 em breve. A Secretária sugeriu que fosse divulgado o *link* no grupo e, também, que outras palestras,
362 apresentações poderão ser trazidas para o Comitê e certificadas, e ainda cursos presenciais e semipresenciais
363 da ANA. Lembrando que temos ainda os cursos EaD, disponíveis também na plataforma de capacitação da
364 ANA. *Comunicação/parcial* (Site e Rede Social em funcionamento/pendente o Plano de Comunicação);
365 *Cadastro Nacional de Instâncias Colegiadas do SINGREH – CINCO/Parcial* (problemas na plataforma da
366 ANA), *Instrumentos da Política* (cumprido/Minuta de Termo de Referência do PRH em revisão; Cobrança
367 no CRH/DF para deliberação). Os Planos do CBH Maranhão-DF e CBH Preto-DF serão contratados em
368 conjunto, em um único TDR. O Presidente do CBH Paranaíba-DF sugeriu o agendamento de reunião com os
369 CBHs, de modo a repassar a experiência adquirida na elaboração do PRH Paranaíba-DF. E, finalmente,
370 *Acompanhamento e Avaliação* (em processo/Adasa e CRH/DF), que é o controle e relato das ações que serão
371 avaliadas e validadas, inclusive, pelo Conselho. Foi deliberada a Moção Conjunta nº 1 CBHs DF, de 13 de
372 março de 2019, na qual é solicitada ao DER e ao DNIT a instalação de placas de identificação das áreas que
373 possam afetar os reservatórios que abastecem o Distrito Federal. A demanda é importante, tendo em vista a
374 ocorrência de mais dois acidentes, um com o caminhão de vísceras de frango na DF-80, Km 12 e o
375 transbordamento do chorume das oito lagoas no Aterro Sanitário de Samambaia, que acaba descendo para
376 Corumbá. Porém, para esse encaminhamento é necessário o mapeamento para que sejam efetuadas as
377 instalações, o que está sob a responsabilidade do CBH Paranaíba-DF, na pessoa do Prof. Ricardo Minoti, que
378 informou estar em estágio de conclusão. Outras Moções apoiadas pelos Comitês também foram
379 encaminhadas, como por exemplo, sobre a desocupação da orla do lago Paranoá, assunto que conta também
380 como apoio do MPDFT, entretanto, não há retornos atuais sobre a demanda. O Presidente relembrou a
381 solicitação feita pelo MPDFT sobre o cronograma de implementação de cobrança e a Secretária informou
382 que recebeu, já em 2020, novo contato da Prodecon sobre o tema, encaminhado diretamente à Secretaria
383 Geral e respondido com relato do atual cenário da cobrança e os respectivos documentos comprobatórios,
384 bem como contato com a Presidente da CTPA, Raquel Brostel (Abes), também contada pelo MPDFT. Em



COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO NO DISTRITO
FEDERAL - CBH PRETO-DF

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

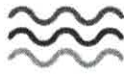
385 breve relato sobre o Termo de Referência para a Contratação do Plano de Recursos Hídricos, o representante
386 da Emater, Marconi Moreira Borges, informou que o Termo de Referência para o PRH Preto-DF foi
387 adequado do PRH Paranaíba-DF, com 120 páginas e foi encaminhado à Secretaria Geral, que sugeriu agendar
388 reunião para discussão do assunto. Adicionalmente, citou a predisposição do Presidente do CBH Paranaíba-
389 DF, Ricardo Minoti a auxiliar os Comitês nesse processo, já que foi possível entender as dificuldades
390 encontradas do PRH Paranaíba-DF e que podem atrasar o processo, como por exemplo, a comissão de
391 acompanhamento das contratações, a Secretária citou sua importância e a necessidade desse grupo ser
392 democrático. Entretanto, a grande quantidade de representantes pode retardar o processo de aprovação, dada
393 a dificuldade de reunir o grupo, dificultando, inclusive, o pagamento do contrato. A Secretária passou a
394 palavra para a Servidora da Adasa, Tatiana Matsunaga, para uma exposição do ciclo de avaliação do
395 Procomitês, que referenciou, mais uma vez, a necessidade de capacitação de 16 horas para os novos membros
396 do CBH Preto-DF, em um período de até 120 (cento e vinte) dias. Informou que nenhum dos CBHs cumpriu,
397 infelizmente, o indicador dessa meta, em que pese a avaliação das necessidades, as indicações de cursos, as
398 divulgações, o gerenciamento de capacitação concomitante às reuniões plenárias. No CBH Preto-DF, de seis
399 novos membros, somente um atendeu a esse indicador. O Prof. Antonio Nobre Jr., da FUP/UnB, comunicou
400 que fez cursos online da ANA. Porém, foi informado que não pode ser considerado membro novo, já que a
401 política do Procomitês trata os cumprimentos dessa meta a partir da assinatura do Contrato, o que ocorreu
402 em abril de 2019. A servidora, ressaltou, que neste caso, haverá perda de recurso e que, para 2020, as
403 expectativas serão ainda mais altas, tendo em vista a necessidade de capacitação por entrega de competências,
404 conforme instrução do DesenvolveRH para o Plano de Capacitação do Progestão, base do Plano de
405 Capacitação dos Comitês do DF, cujas regras são bem definidas para agendamento, divulgação, bem como
406 sobre a duplicação das horas adquiridas para mais de um CBH, o que não é permitido. As prioridades são **1-**
407 **Alta** e **2-Média**, a saber (competência/prioridade/quantidade de vagas): **1.** Instituição dos CBHs e
408 funcionamento dos Colegiados/Prioridade Alta/10 Vagas; **2.** Planos e enquadramento de Recursos Hídricos;
409 **6.** Educação, capacitação, comunicação e participação social/Prioridade Alta/3 Vagas; **7.** Mediação e
410 arbitragem de conflitos/Prioridade Alta/6 Vagas; e **8.** Cobrança/Prioridade Alta/3 Vagas. Em nova fala, o
411 Prof. Antonio Nobre Jr. reforçou o uso da temática “cobrança” para certificação, já que o assunto foi
412 apresentado diversas vezes e bem debatido nas reuniões ocorridas em 2019. Tatiana informou que as reuniões
413 foram objeto de certificação. Citou também, que mesmo para os certificados emitidos pela ANA é necessário
414 que os membros façam esse encaminhamento à Secretária Geral do CBH. As informações solicitadas para
415 essas certificações, que podem ser consideradas invasivas, são solicitadas pela própria plataforma da Agência
416 Nacional de Águas e são tratados como dados sigilosos. Os recursos podem ser advindos da Adasa e do



COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO NO DISTRITO
FEDERAL - CBH PRETO-DF

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

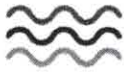
417 recurso do Procomitês, que o Plano de Capacitação é para apresentação em 2020 até 2024, sendo as 16 h
418 horas para qualquer membro novo, enquanto durar o contrato. Quanto às avaliações, a primeira em
419 março/2020 e a última em setembro de 2024, período no qual o documento implementado, deverá ser objeto
420 de revisão. Foi citado, também, que há variáveis associadas às competências descritas e que o Plano traz,
421 também, as atribuições dos gestores (Presidente/Diretoria dos CBHs; Membros dos CBHs; Membros de
422 Câmara Técnica e Grupo de Trabalho – CT/GT). A Servidora Tatiana passou rapidamente os cursos EaD,
423 presenciais e semipresenciais disponibilizados na plataforma de capacitação da ANA. Inclusive, a palestra
424 sobre o PSA, apresentada por Cláudio Klemz na reunião será certificada. A Secretária reforçou que o Plano
425 de Capacitação apresentado adequado do Plano de Capacitação do Progestão, construído com a participação
426 dos entes ligados ao sistema de gerenciamento de recursos hídricos, ou seja, os três Comitês participaram.
427 Em retorno à Pauta, a Secretária deu início à apresentação do Plano de Ação do Comitê, documento a ser
428 apresentado à ANA, baseado também nas metas pactuadas no Procomitês. Composto de Eixo Temático,
429 Ação, Produto, Responsável, Fonte de Recursos e Tempo (em trimestres). No item I. *Funcionamento (ação*
430 *contínua)*, o CBH tem a responsabilidade de realizar duas reuniões ordinárias, com atas aprovadas,
431 normalmente no primeiro e último trimestres; e executar a metas pactuadas, cuja responsabilidade de
432 articulação é da Secretaria Executiva dos CBHs, com apoio e recursos da Adasa. No item II. *Capacitação*
433 *(ação contínua)*, será necessário aprovar e implementar o Plano de Capacitação (capacitação de novos
434 membros em 16h, em até 120 dias); há ainda a proposta de realização de dois seminários conjuntos, dentre
435 os quais, um será sobre Qualidade da Água. Em um a parte, a Secretaria informou que o número de seminários
436 pode ser revisto ou pode-se definir, como o CBH Paranaíba-DF, realizar evento de com temática de interesse
437 deste Comitê. A realização da 3ª edição do EICOB - Encontro de Integração dos Comitês de Bacias
438 Hidrográficas do Distrito Federal; participação em eventos relacionados às Competências dos Comitês:
439 Simpósios da ABRH, em especial no XXII Encontro Nacional de Comitês de Bacia - ENCOB (recomendação
440 da ANA), ambos no terceiro trimestre; e elaboração do plano de educação ambiental para a sociedade com
441 foco na atuação do CBH (O GT-EA do CBH Paranaíba-DF está trabalhando nesse processo e deverá haver
442 integração com os outros CBHs do DF). Essas demandas serão apoiadas pela Secretaria Executiva e pelo
443 SGP - Serviço de Gestão de Pessoas da ADASA. Os recursos serão da Adasa/Procomitês. Relativamente ao
444 item III. *Comunicação (ação contínua)*, o item cobra a manutenção e a atualização constante do site do
445 Comitê e de sua rede social (Facebook); elaboração e revisão anual do Plano de Comunicação, que deverá,
446 resguardadas as devidas particularidades, ser comum aos três CBHs e que já vem sendo trabalhado, mas
447 houve atraso nesta demanda, que será resolvida com a chegada da nova estagiária da área de comunicação
448 social; O item IV. *Instrumentos da Política de Recursos Hídricos*, é de grande importância e visa cumprir as



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO NO DISTRITO
FEDERAL - CBH PRETO-DF**

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

449 legislações federal e distrital. São as seguintes ações: Termo de Referência para contratação do PRH Preto-
450 DF, como dito anteriormente, que deverá ser entregue à Adasa para consolidação com o termo do PRH
451 Maranhão-DF, sendo que o Comitê terá a responsabilidade de acompanhar todo o processo de contratação e
452 construção do seu plano de bacia. Sobre a cobrança, conforme falas anteriores, está em análise pela CTPA
453 do Conselho de Recursos Hídricos – CRH/DF, com vistas à sua aprovação, nos termos do processo Adasa nº
454 00197-00000276/2020-81. A Diretoria do CBH deverá manter acompanhamento e o GT de Cobrança deverá
455 estar disponível para esclarecimentos junto àquela CT. Acompanhar as Comissões de Alocação, lembrando
456 de assinar referenciando a instituição que representa e o Comitê ao qual pertence. V. Estudos e Projetos, traz
457 o Plano de aplicação dos recursos do Procomitês R\$ 154.000,00, no qual o recurso foi dividido para os
458 programas de diárias, passagens, compra de equipamentos e serviços diversos; o acompanhamento da
459 execução das metas do Procomitês será constante. Os recursos do Procomitês/Adasa, apesar de não ter
460 prestação de contas, traz a responsabilidade ao Comitê, à Secretaria Executiva do CBH (CABH/Adasa) e, no
461 caso da execução das metas, também ao CRH/DF. Por último, o CBH Preto-DF acordou, desde 2018, ações
462 para elaborar/apresentar/deliberar sobre projetos para o CBH São Francisco, tendo em vista o recurso oriundo
463 da cobrança pelo uso de recursos hídricos na calha do rio São Francisco por meio de acordo de cooperação e
464 que deverá ser retomado. A Secretária explicou que não existe repasse de recurso, mas sim do produto, cujas
465 contratações deverão ser orientadas e acompanhadas pela Adasa, e que o Comitê precisa cobrar a gestão
466 desse assunto junto à Agência. O último Item VI. *Articulação Institucional (ação contínua)*, trata da
467 representatividade do Comitê em colegiados, terá a responsabilidade de participação no CRH/DF e no
468 escalonamento para a CTPA e para o GT do SIRH em 2020, sendo o titular da vaga o CBH Paranaíba-DF e
469 do CBH Preto-DF a suplência. Quanto à integração com os demais Comitês de Bacias do DF, existe a
470 possibilidade de agenda de reuniões conjuntas, ordinária ou extraordinária, conforme necessidade. Finalizada
471 a apresentação do Plano de Ação, este foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. A Secretária
472 salientou que o montante arrecadado pelo São Francisco é muito alto e o Comitê deve discutir esse assunto
473 para viabilizar o que de fato considera necessário, fora a estação de monitoramento. O Prof. Antonio Nobre
474 Jr. e o Presidente sugeriram levar mais demandas, para pressionar a Adasa. A Secretária, na sequência fez
475 referência ao Seminário “Subsídios dos Planos de Bacias Hidrográficas ao Planejamento Territorial do
476 Distrito Federal” onde foi produzido o documento com recomendações aos órgãos de gestão territorial do
477 Governo do Distrito Federal (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Secretaria de Meio
478 Ambiente, Terracap, Novacap e DF Legal). O documento foi preparado em forma da Moção Conjunta nº 3
479 – CBHs DF, de 26 de novembro de 2019, e traz considerações sobre o planejamento territorial do DF, os
480 objetivos dos PRHs, a fase final do PRH Paranaíba-DF e as construções do PRH Preto-DF e PRH Maranhão-



COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PRETO NO DISTRITO
FEDERAL - CBH PRETO-DF

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

481 DF. Trata, ainda, da ausência de regularização fundiária e de saneamento básico; ocupação desordenada;
482 necessidade de assegurar o conceito de “cidade sensível à água”; o reconhecimento da função social das
483 cidades, reconhecimento da função ecológica, soluções de saneamento; tecnologias socioecológicas;
484 privatização da Caesb; serviços ecossistêmicos, criação do Observatório de Saneamento e Meio Ambiente,
485 preservação, a integração, e o reconhecimento dos núcleos urbanos e rurais tradicionais e suas áreas
486 demarcadas, etc. A Secretária salientou que documento foi formatado sem a retirada de qualquer conteúdo
487 produzido no Seminário. Após as apresentações foi promovida passou-se à para aprovação do Relatório de
488 Atividades 2020, do Plano de Capacitação e do Plano de Ação 2020. Os documentos foram aprovados por
489 unanimidade pela Plenária. **Informes Gerais** – A Secretária passou a palavra novamente ao Sr. Marconi
490 Moreira, da Emater, que falou sobre a alocação para 2020, esclarecendo que a reunião foi em dezembro,
491 entretanto, para a reunião em fevereiro, é necessário que os três usuários que faltam se manifestar sobre as
492 suas programações, o façam. Caso não se manifestem, eles ficarão de fora. Sobre as próximas reuniões, a
493 Reunião Ordinária será em maio, na AgroBrasília e teremos uma extraordinária em março, para apresentação
494 do Plano de Capacitação e dos documentos a serem encaminhados à ANA para a certificação no Procomitês.
495 Antonio Nobre Jr. sugeriu fazer as reuniões em datas diferentes, mas foi informado que a reunião de março
496 precisa acontecer por causa das certificações. Nada mais havendo a tratar, a palavra foi passada ao Presidente
497 Cláudio Malinski, que elogiou a reunião, reforçando a importância da participação dos produtores, agradeceu
498 a presença e desejou bom retorno a todos. Eu, Alba Evangelista Ramos, Secretária-Geral, lavrei a presente
499 Ata que vai assinada por mim e pelo Presidente do CBH Preto-DF.

ALBA EVANGELISTA RAMOS
Secretária Geral

CLAUDIO MALINSKI
Presidente